



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012213-77.2009.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Taxas**
 Requerente: **Fazenda do Estado de São Paulo**
 Requerido e Executado: **Comercio de Roupas Garcia & Trindade Ltda Me e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de exceção de pré-executividade apresentada por **CLEIDE APARECIDA GARCIA DIAS**, nos autos da execução que lhe move a **Fazenda Pública do Município de São Carlos**, alegando preliminarmente, a prescrição do crédito tributário, uma vez decorrido o lapso temporal de cinco anos entre a data da constituição definitiva do crédito até a data da citação. Sustenta, ainda, que a Certidão de Dívida Ativa não atende aos requisitos obrigatórios exigidos pelo CTN, pois não menciona o processo judicial que lhe dá arrimo; cerceamento da defesa ante a inexistência de processo administrativo; ilegitimidade passiva, pois jamais agiu com excesso de poderes ou infração à lei; cobrança de multa com caráter confiscatório; hipossuficiência financeira e a existência de problemas psicológicos.

A excepta apresentou impugnação às fls. 102/114. Alegou que a certidão de dívida ativa dispõe de todos os requisitos necessários à sua validade, a inocorrência da prescrição, tanto por não ter sido atingido o quinquênio regulado pela lei atual, quanto por se tratar de dívida ativa não tributária, que se submete às normas do artigo 177 do Código Civil. Defendeu, por fim a validade da inclusão da sócia-gerente no polo passivo da execução, devido à indisponibilidade de bens passíveis de penhora em nome da empresa.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Passa-se ao julgamento imediato deste incidente, em razão de sua própria natureza,

0012213-77.2009.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

voltada à análise de questões jurídicas que dispensam a dilação probatória.

É o caso de se reconhecer a decadência do crédito tributário.

A taxa judiciária remunera os serviços jurisdicionais prestados pelo Estado à população. É exigida, portanto, em decorrência da prestação do serviço público específico e divisível da jurisdição, podendo ser enquadrada, em razão disso, como uma das espécies tributárias denominada taxa. Aliás, esse é o posicionamento do Supremo Tribunal Federal:

“As custas, a taxa judiciária e os emolumentos constituem espécie tributária, são taxas, segundo a jurisprudência iterativa do Supremo Tribunal Federal. (...) Impossibilidade da destinação do produto da arrecadação, ou de parte deste, a instituições privadas, entidades de classe e Caixa de Assistência dos Advogados. Permiti-lo, importaria ofensa ao princípio da igualdade. Precedentes do STF.” ([ADI 1.145](#), Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 3-10-2002, Plenário, *DJ* de 8-11-2002). Vide: [MS 28.141](#), Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 10-2-2011, Plenário, *DJE* de 1º-7-2011; [RE 233.843](#), Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 1º-12-2009, Segunda Turma, *DJE* de 18-12-2009.

No caso dos autos, a sentença pela qual se levantou a falência transitou em julgado em 19/12/2003 (fls. 97).

Sendo assim, o Estado tinha cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetivado, para constituir o seu crédito (art. 173 do CTN).

Ocorre que, conforme se observa da CDA (fls. 03), o lançamento ocorreu somente em 03/02/09. Assim, do dia 1º de janeiro de 2004 (primeiro dia do exercício seguinte) até a data do lançamento, decorrem mais de cinco anos.

Ante o exposto, reconheço a decadência e determino a extinção da execução, com fundamento no artigo 269, inciso IV, do CPC.

Condeno a excepta ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

PRInt.

São Carlos, 30 de janeiro de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**